

OMENA, L. M. de; FUNARI, P. P. A. **Práticas Funerárias no Mediterrâneo Romano** Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

Renata Bazzo Francisco¹

A obra *Práticas Funerárias no Mediterrâneo Romano*, organizada por Luciane Munhoz de Omena e Pedro Paulo A. Funari, é dividida em oito capítulos, sendo estes artigos escritos por investigadores sobre o tema. A obra tem como objetivo o entendimento, através de pesquisas, das questões fúnebres e suas associações no Império Romano. Há a preocupação em fazer o leitor compreender a necessidade da inter-relação de fontes de variados tipos e da abordagem em todas as perspectivas possíveis, além da importância dos estudos sobre a morte e da exposição detalhada e analisada destas fontes em todos os artigos que compõem o livro.

A obra é iniciada pelo prefaciador Airton Pollini, que utiliza como introdução duas obras da literatura grega antiga, focalizadas na questão da morte: a *Ilíada* e a *Antígona*, que são usadas como fontes nos estudos fúnebres, além das tumbas, consideradas os melhores documentos para o estudo desse tema no mundo antigo. Pollini também disserta a respeito da importância desses estudos e suas contribuições, e ressalta a evolução da metodologia para o estudo nesse campo.

No primeiro capítulo, escrito por José Remesal-Rodrigues, as relações entre o direito romano e as práticas funerárias são analisadas abordando tanto o direito pontifical quanto o direito sepulcral, que era uma *lex sacra*, ou seja, estava além do direito civil, era inviolável e eterno. A intervenção do direito civil se dava na regularização do uso de um local sacro, não afetando o direito pontifical, que permitia a qualquer um converter em sacro um lugar, enterrando ali um cadáver, desde que fosse uma área autorizada. O autor enfatiza que para a sobrevivência do indivíduo na mentalidade romana, era necessária a recordação de sua existência, a *memoria aeterna*. A recorda-

¹ Graduanda do 1º ano de História da Universidade do Sagrado Coração (USC/Bauru/SP). Resenha realizada sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Lourdes Madalena Gazarini Conde Feitosa.

ção acontecia através do culto ao *numen* e ao *nomen* do indivíduo falecido, ou pelas atividades evergéticas. José Remesal deixa claro, em seus escritos, o significado de “Sacro” para os romanos: o “lugar exato onde repousam os restos, o restante, seja grande ou pequena a tumba, é só um testemunho destinado a conservar a memória do defunto” (p. 30). O lugar sacro era direito de todos, e em uma mesma tumba podiam ser enterradas pessoas de condições sociais diversas. Esse tipo de lugar podia sofrer violações, que resultariam em conde-nações como a pena de morte para pessoas humildes, ou o desterro para pessoas das elites, sendo assim condenadas ao esquecimento, o pior castigo possível, já que se valorizava muito a memória de um indivíduo após a morte. Também é abordada a vinculação do culto funerário à exploração econômica da tumba para a asseguaração do culto funerário, que poderia ser um local sagrado, não havia a necessidade do pagamento de impostos.

O segundo capítulo, escrito por Cláudia Beltrão da Rosa, tem como objetivo a análise de dois monumentos funerários, a que temos acesso por fontes literárias, a partir de textos ciceronianos. É interessante, antes de tudo, a atenção à definição de *monumentum* descrita pela autora: “não apenas o sepulcro, mas tudo que atesta e denota a memória” (p. 49). Portanto, para os romanos, existia um vínculo entre monumento funerário e memória, fazendo da memória uma prática social e cultural. Nos túmulos de grandes nomes, estátuas e inscrições celebravam e criavam sua memória.

O primeiro túmulo a ser analisado pertence ao filósofo Arquimedes em Siracusa, citado no livro 5 da *Tusculanae*. Este monumento já se deteriorava com a ação do tempo e, conseqüentemente, perdia a capacidade de comemorar e manter a memória de Arquimedes e suas criações, quando Cícero descobre o túmulo e escreve sobre ele, assegurando, assim, a continuidade da memória do filósofo. O segundo monumento de análise é o projeto de Cícero para a construção de um *fanum* em homenagem à sua recém-falecida filha Túlia. Esse monumento pode nunca ter sido realizado, mas foi planejado com a máxima exposição e publicidade, dando importância à *homi-num fama* (opinião pública). Quando um monumento era construído em propriedade privada, como seria o proposto no caso do túmulo de Túlia, era possível ir contra as leis referentes ao excesso de luxo por estar fora do controle público.

A autora também enaltece os ritos funerários e a existência de datas nas quais a população tinha a obrigação de

efetuar ritos e demonstrar suas *pietas* pela perpetuação da *memoria* dos falecidos, que dependia da existência dos ritos.

O terceiro capítulo, escrito pelos organizadores da obra, tem como base o *tumulus* de Augusto e estabelece uma relação entre a morte e os lugares de memória. Os autores preocupam-se em ressaltar as diversas faces do *mausoleum* de Augusto no tempo e discorrem sobre os monumentos na memória social e os significados do *monumentum* no tempo. Além disso, os autores dissertam sobre o contexto histórico da criação do *mausoleum* de Augusto, que foi inspirado na sua ideia de reestruturação física da *URBS* e na renovação de Roma, que tinha como objetivo, através da imagem, o afastamento do ambiente de conflitos sociais e políticos da guerra civil, usando imagens de fortuna. Em dias atuais, a negligência em relação ao *mausoleum* de Augusto é decorrente da “ausência de interesse do capital político e econômico” e das “mudanças sociais em relação à morte” (p. 73), já que a percepção sobre o espaço físico dos mortos alterou-se. Neste capítulo, também é feito um balanço comparativo da produção social da memória entre a antiguidade e a contemporaneidade.

Entre 1928 e 1941, período do domínio fascista, o governo de Benito Mussolini faz do monumento de Augusto cenário de promoção política, tornando-o um “símbolo identitário das políticas de urbanização do regime fascista” (p. 76), que visavam o redirecionamento dos cidadãos ao passado romano, além do interesse na finalização do uso do monumento para fins comerciais.

Renata Senna Garraffoni, no quarto capítulo, apresenta um olhar diferenciado sobre o curso de vida, o envelhecimento e a morte ao tratar de grupos populares romanos. A autora preocupa-se em descentralizar sua pesquisa dos documentos mais comuns referentes à sociedade romana, na maioria das vezes baseadas nos registros escritos das elites masculinas. A documentação usada para a análise são sátiras romanas, como *Satyricon* de Petronio (especialmente a análise do banquete de Tripalcião), a cultura material e lápides de gladiadores. A autora ressalta a importância da utilização da interdisciplinaridade e de temporalidades que se diferem, além do estudo da infância para entender a dinâmica da família romana.

Garraffoni discorre claramente que o ciclo de vida vai além da questão biológica, pois é cultural. Gênero, status social e posição econômica são exemplos de aspectos interferentes no curso de vida de um indivíduo e seus significados estão presentes no cotidiano romano. A autora também adentra no universo dos

gladiadores e atenta-se ao deslocamento da visão da arena para enxergá-lo além da política, onde encontra registros destes homens não como guerreiros, mas como amantes e pais, sendo forte a presença feminina, seja como esposas, amantes ou filhas, e a vasta tipologia de estruturas familiares graças à expansão romana.

O quinto capítulo, escrito em espanhol por Darío Vendramini, é centrado no monumento funerário de Lucio Poblício, veterano do exército. O monumento foi construído em I d.C. em Colônia e sofreu diversas perdas no período da Segunda Guerra Mundial.

O objetivo do autor é a análise da reconstrução do monumento através da disponibilização de uma vasta quantidade de imagens e esquematizações representando tanto o monumento quanto as inscrições que foram preservadas, além de nos fazer adentrar na vida de Poblício por meio das informações conseguidas pelas inscrições. Também são discutidos aspectos da escultura de Enéas. O autor enaltece o fato da cultura escrita não ter ficado restrita às elites e também ter adentrado as camadas populares, apesar de que a grande maioria de documentos chegados até nós são elaborados segundo a visão elitista e masculina.

O capítulo seis é escrito por Pedro Paulo A. Funari e Maria Aparecida de Andrade Almeida, e baseia-se na análise do Apocalipse, do Novo Testamento. No contexto em que a passagem foi escrita, os autores relatam uma ascensão nas áreas urbanas por conta do maior hábito epigráfico. Há uma breve explicação sobre a *Apocalíptica* que “se liga a situações de marginalização e opressão” (p. 148), além de ser repleto de visões do presente celeste ou do futuro na terra, sendo uma interpretação muito comum entre os judeus, povo perseguido e que literalmente esperava a ascensão: “resultados de uma comunidade que se sente perseguida, em luta contra forças do mal” (p. 148).

Os autores discorrem sobre a morte no apocalipse, ressaltando seus vários significados, e é feita uma investigação na passagem Ap 6,1-8, que diz respeito aos Cavalos do Apocalipse de forma a ser produzido um balanço entre esse fragmento e vários outros presentes na Bíblia para a provação e significado dos fatos. Também é discutido, nesse capítulo, determinadas concepções sobre o mal para os romanos, e como era enfrentado pelos cristãos essa forma de resistência à cultura helenística e romana.

Ana Teresa Marques Gonçalves, no sétimo capítulo, discute o tema dos mártires cristãos e suas práticas funerárias, usando como documentação principal os escritos de Prudêncio. A autora inicia com a definição de mártir e sua importância para a filosofia cristã (é lembrado que “filosofia no mundo antigo, era, antes de tudo, forma de vida”, p. 172) e a análise da concepção de Jesus Cristo como um herói sagrado.

Ana Teresa destaca a representação dos mártires para os cristãos da Antiguidade: “A necessidade humana de exemplos de boas condutas sociais permanecia premente e os heróis antigos precisavam ser substituídos por novos modelos de interação comunitária, e os mártires acabaram ocupando este espaço no imaginário cristão...” (p. 172). A autora também cita exemplos de mártires e torturas que se tornaram modelos de heroísmo para os cristãos.

O oitavo e último capítulo, escrito por Gilvan Ventura da Silva e Érica Cristhyane Morais da Silva, ainda sobre o assunto do capítulo anterior, reflete os mártires e suas relações de poder. Há um foco no estudo do mártir Bábilas de Antioquia e seu culto no séc. IV. Os autores destacam o culto aos restos mortais dos mártires na Antiguidade, que, como já dito antes, eram vistos como heróis e seus restos tornavam-se sacros. Usam, para a análise, o estudo sobre a ação do Imperador Juliano, que foi um dos responsáveis pelas várias transferências dos restos de Bábilas por conta de suas intenções políticas e adesão ao neoplatonismo. Além disso, também ressaltam o uso das figuras dos mártires pelos bispos para a promoção de modelos de vida nas cidades, induzindo o culto aos mártires locais.

O livro *Práticas Funerárias no Mediterrâneo Romano* apresenta, desta maneira, o universo fúnebre romano, levando o leitor a conhecer as maneiras como a sociedade romana lidava com a morte, suas tradições, as percepções variadas, as relações de poder, os seus aspectos religiosos e políticos, a arquitetura e técnicas funerárias e a jurisprudência da morte. Uma gama de olhares e fontes que evidenciam a importância de se conhecer as tradições do passado e, particularmente, refletir sobre os sentimentos e modos atuais de lidar com ela.

